



Escola Profissional
de Felgueiras



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.

RELATÓRIO DE GESTÃO

E CONTAS

Exercício Económico de 2016

Handwritten signature or initials in blue ink.



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CONTEXTO NACIONAL	4
3. ATIVIDADES de EDUCAÇÃO e FORMAÇÃO	5
4. INVESTIMENTOS.....	22
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	23
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	26
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
8. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL.....	33
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34



Relatório de Gestão

Exercício Económico de 2016

1. INTRODUÇÃO

A análise versada neste documento de gestão e de relato reporta-se ao período de análise do exercício económico de 2016 e tem como referência as linhas de orientação e as ações preconizadas no Plano de Atividades e o Orçamento para 2016 representando, desta forma, um instrumento de concretização dos princípios de responsabilidade e transparência desta instituição de ensino.

Sintetizaremos os resultados alcançados nos domínios operacionais e estratégicos da Escola Profissional de Felgueiras, sendo depois de aprovada comunicada, através da página web da Escola, aos principais *stakeholders* da instituição todo o processo de *accountability* realizado que se consubstancia nas atividades, acontecimentos e circunstâncias que ocorreram no período através do presente relato de índole financeiro e não financeiro.

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., doravante designada EPF, E.M., é uma empresa local que se rege pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e demais legislação aplicada à atividade empresarial local e de participações locais. A informação de ordem económico financeira apresentada neste relato visa o cumprimento do disposto a alínea f) do art.º42 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e, ainda, o cumprimento dado pelas alterações contidas na Lei n.º 69/2015, de 16 de Julho, por forma a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução económico-financeira institucional.

2. CONTEXTO NACIONAL

Na análise macroeconómica do setor da educação, com especial incidência no segmento dos cursos profissionais, pudemos assistir a uma tendência generalizada de redução do peso na despesa pública nesta componente de desenvolvimento tão importante para o país, não obstante ao nível da EU e da OCDE a aposta ter tido outra em termos de expansão das políticas de educação e formação enquanto fatores de desenvolvimento.

A nível nacional, no que concerne ao domínio dos cursos profissionais, foi assegurado o princípio da reposição do número de turmas num contexto de redução do número de alunos. As candidaturas e respetivos financiamento das novas turmas e das turmas de continuidade tiveram alguns entraves de tramitação, no uso das plataformas do “Balcão 2020”, concretamente nos procedimentos para que tivessem uma operacionalização em tempo útil. Nessa matéria, a ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais teve uma intervenção junto da tutela para a implementação de medidas que permitissem minimizar os constrangimentos.

O trabalho desenvolvido pela ANQEP¹ e DGEstE² nos domínios do planeamento e organização da educação e formação deverá passar por estratégias de articulação de objetivos para que seja mais fácil consolidar uma formação de qualidade.

As escolas de ensino profissional em geral e a EPF, E.M. em particular tiveram, durante o ano 2016, um trabalho reativo contra as adversidades do ensino profissional

¹ ANQEP – Associação Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

² DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

e profissionalizante, por forma a garantir a estabilidade de funcionamento e elevar o nível de qualificação dos jovens e consequente sustentabilidade da economia a nível local ou nacional.

3. ATIVIDADES de EDUCAÇÃO e FORMAÇÃO

3.1 PROCEDIMENTOS

Na concretização do plano de atividades para 2016 elaborou-se um conjunto significativo de ações, destacando-se a realização de algumas que tiveram um marco pedagógico importante e que, enquadradas numa comemoração de *25 anos* de existência da Escola, foram catalisadoras de outras atividades e parcerias que consolidaram o projeto educativo da mesma.

Merece-nos salientar o valor acrescido dos cursos profissionais e do trabalho de educação e formação desenvolvido pelo CQEP da Escola Profissional de Felgueiras, para o tecido económico e social das regiões do Tâmega e Sousa e do Vale do Ave, na implementação de diversas ofertas destinadas a jovens e adultos.

As diversas atividades foram direcionadas numa alternância entre a formação na Escola e a formação em contexto de trabalho (FCT), não descorando a lógica da pedagogia de individualização e da estrutura modular sempre na promoção, valorização e qualificação do aluno.

X
a



Foi levada a cabo uma mudança de imagem que os **25 anos** de existência da **Escola Profissional de Felgueiras** mereceram, mantendo a mesma identidade educativa mas acompanhando as exigências atuais de comunicação e posicionamento no mercado de formação e educação. Ainda, de salientar uma reorganização interna e de funcionamento dos serviços, que foi importante para o cumprimento dos objetivos traçados e para o novo posicionamento jurídico-legal da Escola e para o ambiente económico vivido ao nível local no ensino. Essa reorganização trará, desta forma, um impulso positivo no funcionamento e reafirmação da Escola no meio social e empresarial local.



A *pb*

Desta reorganização resultou a seguinte distribuição funcional dos membros: Órgãos de Gestão – 2; Pessoal Técnico – 4; Pessoal Administrativo – 5; Pessoal Auxiliar – 4; Formadores Internos (tempo integral com vínculo laboral) - 18 e Formadores Externos (tempo parcial a prestação de serviços) - 19.

A par com as atividades de âmbito local e nacional que a EPF.E.M. realiza com o tecido empresarial iniciou-se uma parceria transnacional, particularmente com empresas da Turquia, para realização de projetos educativos e de criatividade, tendo estabelecido essa parceria no segundo semestre de 2016 e estando, nesta fase, já os alunos a concretizar projetos de *design* e moda que irão ser expostos num certame internacional no início do próximo ano (2017).

Tendo em vista o reforço qualitativo dos projetos educativos e do correto funcionamento da Escola tem-se levado a cabo o projeto de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) com vista à certificação com base em sistemas de garantia de qualidade e de acordo com as linhas de orientação da ANQEP, para que a Escola se possa reger pelos princípios e orientações do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET).

Pretendemos melhorar o nosso referencial de qualidade e nesse sentido iniciámos, em final de ano anterior, os processos conducentes à implementação do SGQ, sendo já evidentes as vantagens decorrentes da introdução de sistemas de gestão da qualidade nos termos das Normas ISO 9001 (versão 2015).

Principais atividades desenvolvidas durante o ano 2016 no âmbito da implementação do sistema de gestão da qualidade (SGQ) da EPF, E.M. passaram pela:

- ✓ Realização de reuniões de sensibilização para a Qualidade e de apresentação do projeto de implementação do SGQ aos colaboradores docentes e não docentes;
- ✓ Determinação do âmbito e estabelecimento da Política da Qualidade do SGQ;
- ✓ Identificação dos diferentes aspetos do enquadramento da organização;
- ✓ Identificação das partes interessadas e desenvolvimento de instrumentos/mecanismos para aferir requisitos, expectativas e necessidades das partes interessadas relevantes;
- ✓ Determinação dos processos do SGQ;
- ✓ Harmonização de procedimentos e documentação no âmbito do trabalho realizado nas direções de turma e coordenações de curso;
- ✓ Revisão/melhoria e implementação de instrumentos de avaliação e monitorização, nomeadamente para avaliação dos docentes, avaliação do grau de satisfação dos encarregados de educação, avaliação do grau de satisfação das empresas / instituições de acolhimento de estagiários; avaliação do serviço de refeições;
- ✓ Início do processo de alinhamento do SGQ com o Quadro EQAVET – elaboração do Documento Base.

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., entidade proprietária da Escola, independentemente das condicionantes económico-financeiras que possam surgir e de todo o processo de *accountability* que a mesma já está sujeita, pretende continuar a sua

administração de acordo com os princípios da qualidade e de boas práticas de gestão e para o qual este instrumento de gestão será determinante e um importante contributo.

3.2 CURSOS PROFISSIONAIS

O Plano Anual de Atividades (Qualificação Inicial) – documento basilar na organização da atividade escolar, reflete uma metodologia de ensino e aprendizagem fortemente alicerçada em trabalho de projeto, e é sobre a sua concretização que é realizado este relato de gestão. A instituição realizou, mais uma vez uma aposta em projetos pedagógicos e extracurriculares de elevada qualidade e exigência que serão a seguir explanados. A atividade formativa da Escola tem-se centrado na formação de âmbito geral, científica, tecnológica/profissional e prática, com vista à inserção socioprofissional dos alunos ou ao prosseguimento dos seus estudos.

Os formandos foram preparados nos conteúdos necessários para acompanhar as exigências do mercado no exercício profissional qualificado, nas diversas áreas de educação e formação que a Escola possui, concretamente nas áreas *core* como a da gestão, da eletrónica, da multimédia e do desenho de calçado.

A formação em contexto de trabalho (FCT) e outras experiências profissionais de carácter sistémico têm acompanhado os currículos dos cursos dando, assim, aos alunos um maior enriquecimento nas aprendizagens e no saber fazer.

O desenvolvimento das atividades letivas decorreu, durante o ano de 2016, dentro dos padrões e procedimentos normais e pautou-se pela manutenção dos níveis de

qualidade e exigência que caracterizam a Escola. Para lá do cumprimento dos conteúdos programáticos de cada curso, a EPF, E.M. levou a cabo um conjunto de atividades e projetos que contribuíram para a consolidação do sucesso do ensino praticado.

Consolidamos a formação no quadro financiado pelos novos programas operacionais do ciclo dos fundos estruturais para o triénio 2016/2019 identificado como “Portugal 2020”, nos eixos do Programa Operacional do Capital Humano (POCH). Foram realizadas ações de divulgação e parceria que deram, uma vez mais, um impulso à procura dos nossos cursos, o que levou a que as inscrições realizadas tenham superado largamente o número da oferta dos mesmos, dando assim à Escola um indicador claro do elevado interesse por parte dos jovens nos cursos por nós ministrados.

Em termos de candidaturas concretizadas no ano de 2016 que compreende dois períodos distintos em termos letivos (Janeiro a Agosto – ano letivo 2015/2016; Setembro a Dezembro – ano letivo 2016/2017) foram executadas no âmbito do Eixo 1 do POCH as seguintes ações:

Quadro 1 – Ações por Tipologia de Curso

Janeiro a Agosto	Setembro a Dezembro
12 Ações da Tipologia 1.6 – Cursos Profissionais.	12 Ações da Tipologia 1.6 – Cursos Profissionais: 8 ações de continuidade e 4 novas Ações de Cursos Profissionais
1 Turma do Curso Vocacional Secundário - Tipologia 1.1	1 Turma do Curso Vocacional Secundário - Tipologia 1.1
1 Turma do Curso Vocacional Básico - Tipologia 1.1	

De assinalar o bom nível de execução do Plano Anual de Atividades (Qualificação Inicial) – documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete uma metodologia de ensino e aprendizagem fortemente alicerçada em trabalho de projeto, e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição.

CONCURSOS PREMIADOS

Das atividades desenvolvidas, destacam-se, pela significância dos resultados e prémios atribuídos como reconhecimento e mérito:

13º Concurso de Acessórios de Moda integrado no evento “Namorar Portugal” - Prémio Revelação

Concurso Internacional de criadores de Moda “Lenços dos Namorados” 13ª Edição/Vila Verde - Prémio dos 1º e 3º Lugares



De entre as diversas atividades realizadas de iniciativa curricular e extracurricular, o ano de 2016 foi marcado por um número significativo de outras iniciativas que reforçaram e complementaram a dinâmica de ensino da EPF, E.M. Foi notório a participação e esforços dos alunos e professores da Escola em todas as iniciativas. Apresentamos, título de exemplo, algumas das mais relevantes no quadro 2 que se destacam pela significância dos resultados alcançados.

Quadro 2 – Atividades e Projetos de Maior Relevância

Participação no desfile RH Models - The Fashion Show
Participação no Fórum Alpha 2016 dedicado à Indústria de Calçado e a Felgueiras, na LX Factory em Lisboa
Atividade sociocultural integradora de recepção aos alunos do 1º ano
Participação na 4ª edição do concurso de vídeo "Ciência em Cena" dinamizado pelo Descobrir Gulbenkian e pela Associação Maratona da Saúde.
Implementação, no âmbito do Programa Escola Segura , de ações de sensibilização e de formação sobre as temáticas da Toxicodependência, Violência no Namoro e Prevenção Rodoviária.
Participação na 8ª edição do Concurso de Presépios de Natal , Câmara Municipal de Felgueiras.
Participação na 14ª Edição do Prémio Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola"
Concurso Espantalhos – CMF 2016 – Prémio - 2º Lugar
DESCALÇO – 25 Anos de Moda e Design
Programa “A Empresa” (dois projetos selecionados)
Young Business Talent – Competição Nacional (uma equipa finalista)
9ª Mostra Nacional de Ciência / 23º Concurso de Jovens Cientistas

Roboparty – 2016 (Universidade do Minho)
Fashion Day , 5ª Edição
O Couro da Turquia - Visita pedagógica e de formação
Management Open Days (Conjunto de palestras sobre temáticas como a poupança e literacia financeira ou os direitos dos consumidores)
Colaboração DecoJovem (Comemorações Dia Mundial da Terra e da Energia)
Five O’Clock Tea
Sessões Formativas no CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal
Participação na Expomecânica
Participação no Mercado Romano , em Felgueiras.
Comemoração do Dia da Proteção Civil;
Comemorações do 25 de Abril
Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
Sessão Formativa em Fábrica de Curtumes
Sessões Formativas em diversas Empresas de Calçado
Sessões de Prática Simulada – Área de Contabilidade e Fiscalidade
Diversos WorkShop
Sessões formativas a empresas no contexto da disciplina de Gestão/Economia
Sessões formativas a empresas no contexto multidisciplinar: Primavera BSS; Coindu; Programas de Gestão (Produção), entre outras.



A R

Foram, ainda, realizadas diversas sessões no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho, de modo a reforçar os conhecimentos adquiridos em contexto de sala de aula e que demonstram o elevado grau de interação com a comunidade empresarial e institucional envolvente.



Apresentamos, no quadro 3, algumas das empresas/instituições parceiras com que a EPF, E.M. se relacionou durante ano de 2016 e que foram decisivas para a realização e cumprimento do plano de atividades.

Quadro 3 – Empresas / Instituições Parceiras - Ano 2016

EMAF - Feira Internacional de Máquinas
Fundação Cupertino de Miranda
Armipex – Produtores Agentes Representantes de Calçado, Lda.
Felmini – Indústria de Calçado
Alfândega do Porto
Procalçado
Bolflex
Praxair - Portugal, S.A.
Palácio da Bolsa
Petratex – Confeções, S.A

Marsipel – Indústria de Curtumes, S.A.
Gráfica da Lixa
Quinta da Lixa/Monverde
Centro Tecnológico das Indústrias de Couro
DECO – JOVEM (intervenção nas áreas da sustentabilidade ambiental e gestão de recursos)
Parque de Campismo de Vila Fria
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras
Agência Pousada - Contabilidade e Serviços, Lda.
Fábrica de Calçado Atrai, Lda.
Habitâmega, Construções SA
Calçado FERJOR, Lda.
Eureka - Fabrica de Calçado de Alberto Sousa, Lda
Têxteis M. Noémia M. T. B. Lda. / Foot by Foot
Calçados Zéliz , LDA
A. Faria Leite, Lda.
FiscalNova - Gabinete de Contabilidade Lda
Felconta
Santa Casa da Misericórdia de Vizela
Foot By Foot - Revestimentos Têxteis, Lda
Agência Lopes - Contabilidade e Serviços, Lda.
Mundotêxtil - Industrias Têxteis S.A
Alabama - Indústria de Calçado, SA
Estamparia Meireles, Lda.
Frilixa - Fábrica de Equipamentos Frigoríficos, Lda
Apurar Respostas - Gabinete de Contabilidade, Consultoria e Gestão
L Total Lda.
Calçado Albano Pereira, Lda
Helena Mendes - Serviços de Contabilidade e Gestão
Jefar - Indústria de Calçado, S.A
Fatimol - Fábrica de Calçado, Unipessoal Lda.
Docofil - Sociedade Têxtil, Lda.

A par com as restrições em termos de contenção orçamental e de financiamento da educação profissional ao nível nacional, o ano de 2016 foi marcado por alguma instabilidade no cumprimento atempado das contrapartidas dos fundos

comunitários (FSE) e da segurança social (OSS), justificada por uma série de alterações em termos organizativos e legislativos.

Os cursos em funcionamento no ano civil de 2016, e conferentes de dupla certificação de Nível IV e vocacional conferente de Nível III e Nível IV, foram os seguintes:

Quadro 4 – Turmas por ano letivo

CURSOS	Turmas	Turmas
	Ano letivo 2015/2016	Ano letivo 2016/2017
	Jan-Agosto	Set-Dez
Curso Profissional de Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	3	3
Curso Profissional de Técnico de Gestão, Planeamento e Produção	3	3
Curso Profissional de Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	3	3
Curso Profissional de Técnico de Multimédia	2	2
Curso Profissional de Instalações Elétricas	1	1
Curso Vocacional Nível Básico – Calçado, Multimédia, Eletricidade	1	-
Curso Vocacional Nível Secundário – Reparação de Máquinas de Calçado	1	1

Os dados obtidos para o 3º ano dos cursos profissionais afirmam-se, claramente, no patamar de classificação de excelente quando comparados com as metas de concretização exigidas pela DGEST (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares).

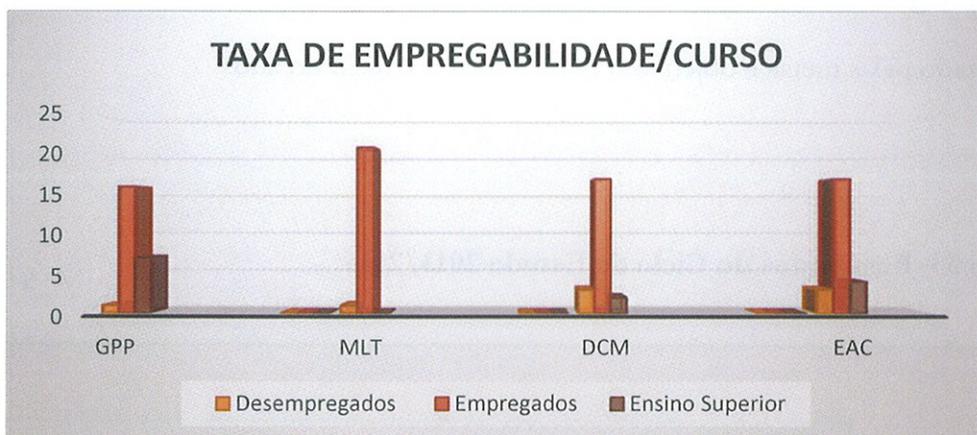
Como podemos verificar no quadro 5 que apresentamos, os níveis de concretização e emprego logo após o término do curso são significativos, indo de encontro ao preconizado pelas metas e objetivos estabelecidos no início do ano.

Quadro 5 – Resultados do Ciclo de Estudo 2013/2016

CICLO 2013/2016					
CURSOS	Nº de alunos	Conclusão de Estudos	Taxa de Conclusão	Taxa de Empregabilidade	Prosseg. Estudos
Técnico de Multimédia	22	21	95%	95%	0%
Técnico de Gestão/Planeamento e produção	25	24	96%	67%	29%
Técnico de Eletrónica, Automação e computadores	23	22	96%	77%	17%
Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	23	22	96%	77%	9%
Vocacional Básico - Calçado, Multimédia e Eletricidade	17	17	100%	18%	53%

Em termos de empregabilidade é notória a elevada taxa de empregabilidade dos cursos. Para este fator contribuíram diversos esforços das instituições e empresas que conosco colaboraram, sem esquecer a equipa de docentes e de funcionários, uma parte importante e decisiva do percurso escolar e profissional dos jovens alunos.

Gráfico 1 – Taxa de Empregabilidade/Curso



Com um corpo discente de 320 alunos (dados atualizados a 31/12) que compreende os alunos do 1º, 2º e 3º ano, tendo os alunos finalistas terminado o seu ciclo de estudos durante o mês de Julho de 2016, com a concretização dos seus projetos de aptidão profissional (PAP). A componente letiva representou, no plano geral, cerca de 12.720 horas de docência. Apresentamos o quadro seguinte que nos dá o volume de horas de formação por curso, sendo que cada curso representa diferentes turmas como já apresentado anteriormente no quadro 3.

Quadro 6 - Volume de horas de formação

CURSOS	Volume de horas de formação
Curso Profissional de Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	78.969 h
Curso Profissional de Técnico de Gestão, Planeamento e Produção	82.521 h
Curso Profissional de Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	73.247 h
Curso Profissional de Técnico de Multimédia	47.271 h
Curso Profissional de Instalações Elétricas	22.217 h

A Formação em Contexto de Trabalho (FCT) parte essencial da filosofia dos cursos profissionais, permite aos formandos a consolidação das aprendizagens e proporciona o contacto com o contexto real das empresas, sendo esta realizada nas instituições protocoladas. É um momento de crescimento pedagógico e simultaneamente de valorização de competências pessoais essenciais na formação de um técnico profissional. Esta formação em contexto de trabalho, no ano 2016, compreendeu uma média de 380h para os 3ºanos, para os 2ºanos 180h e 40h para os 1º anos. Assim, por turma foi cumprido em média cerca de 9.120h e no total dos alunos 36.480h de FCT.

3.3 CQEP - CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL

Para a dinamização do CQEP da nossa escola foram contratualizados com a ANQEP – Associação Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional os indicadores que se apresentam de seguida. No que respeita às metas, houve sempre uma preocupação de toda a equipa em atingir os objetivos, mas sobretudo em desenvolver um trabalho exemplar com rigor e qualidade, realizando-o segundo as orientações da ANEQP, da Carta de Compromisso e da própria entidade promotora.

Apresentamos no quadro seguinte um resumo dos objetivos contratualizados e dos alcançados neste eixo de formação.

TEM OPORTUNIDADE DE CONCLUIR O 4º, 6º, 9º ou 12º ano AINDA VAI A TEMPO... VALORIZE-SE!

RVCC
OUTRAS OFERTAS
ENSINO RECORRENTE
FORMAÇÃO MODULAR
EFA
ESTÁGIOS

INSCRIÇÕES ABERTAS
Este é o caminho certo.

Adultos com idade igual ou superior a 18 anos.
4º, 6º, 9º ou 12º ano

Quadro 7 – Resultados do CQEP

METAS	APROVADAS	ALCANÇADAS	% EXECUÇÃO
Inscritos	600	600	100%
Encaminhados	540	543	101%
Em processo RVCC	194	124	64%
Certificados	78	26	33%

No **Nível Básico** inscreveram-se 130 adultos, foram encaminhados 130, dos quais 67 foram encaminhados para processo RVCC, 59 foram encaminhados para Formação Modular Certificada, sendo que 1 encaminhado para os cursos EFA e 2 encaminhados para outros cursos de diferentes naturezas. No total foram certificados 14 adultos.

Quadro 8 – Resultados do CQEP – Nível Básico

Nível Básico
Inscrições: 131;
Encaminhados: 130
Certificados: 14

No **Nível Secundário** inscreveram-se 231 adultos e foram encaminhados para diversos cursos 198. Dos encaminhados 45 foram para processo RVCC, 108 foram encaminhados para Cursos Profissionais, e 20 foram encaminhados para Formação Modular Certificada, 10 encaminhados para o ensino Recorrente e 1 adulto encaminhado de acordo com o Decreto-Lei nº 357/2007 – UFCD, sendo que 3 adultos foram encaminhados para outros cursos. No final de todo o processo foram certificados 12 adultos.

[Handwritten signature]

Quadro 9 – Resultados do CQEP – Nível Secundário

Nível Secundário
Inscrições: 231
Encaminhados: 198 (45 para processo RVCC; 108 para Cursos Profissionais; 20 Formações Modulares; 10 Ensino Recorrente; 11 EFA; 1 ao abrigo do 357/2008; 3 outros).
Certificados: 12

Das inscrições no nível profissional, uma grande maioria são de alunos que terminaram o curso no ano letivo 2014/2015 e 2015/2016. O objetivo principal é apoiar os candidatos na inserção profissional, informando-os sobre as oportunidades de emprego e sobre o acesso a formação Profissional, promovendo desta forma a articulação do serviço UNIVA e o CQEP. Assim sendo, os encaminhamentos são para as diversas saídas sendo mercado de trabalho e a formação modular as mais representativas.

Quadro 10 – Resultados do CQEP – Nível Profissional

Profissional
Inscrições: 238
Encaminhados: 215

O CQEP enquanto centro com fins para a qualificação realiza o acolhimento de jovens e adultos, realiza o diagnóstico, dá informação e faz a orientação para posteriormente encaminhar para outras modalidades educativas e formativas ou para processo de reconhecimento e validação de competências. Este centro de qualificação toma agora um novo rumo em termos de dinâmica e funcionará em 2017 como Centro Qualifica.

Handwritten signature and initials in blue ink.

4. INVESTIMENTOS

Investimentos Intangíveis

Em termos de modernização e atualização tecnológica a escola procedeu à aquisição de um Sistema de Gestão Escolar e Pedagógica (e-Schooling) que consiste num *software* de âmbito pedagógico facilitador de todo o processo de registos, práticas individuais e operacionalização de dados dos alunos para toda a comunidade escolar.

É uma ferramenta integrada de apoio pedagógico que fornece o acesso condicionado a informações para docentes, diretores de turma, coordenadores de curso, serviços académico, e órgão de direção.

Investimentos Tangíveis

Ao nível dos ativos fixos tangíveis os equipamentos adquiridos tiveram como prioridade equipamentos de âmbito pedagógico transversais a todos os cursos relacionados com videoprojectores, quadros e computadores num total de 4.935,16€. Os equipamentos específicos dos cursos de Multimédia e o de Desenho Calçado e Marroquinaria que totalizaram um investimento de 11.659,43€. Equipamentos para os serviços da escola no total de 3.040,96€.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Não obstante as atuais condições do país, no que à formação profissional diz respeito, conseguimos concretizar com a razoabilidade exigida o cumprimento orçamental que nos permitiu levar a cabo o projeto educativo e as diversas formações que a Escola ministra. Recorrendo, assim, aos instrumentos de planeamento e de execução do plano de atividades, numa lógica de otimização das receitas e contenção de custos inseridas nas medidas de controlo de gestão. Apresentamos o seu cumprimento versado nos resultados de exploração na taxa de execução e análise de desvios de cada rúbrica.

Os Quadros de Execução dos Rendimentos e Gastos foram elaborados de acordo com os orçamentos previsionais e a exploração de rendimentos e gastos e estão em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Para os meses correspondentes ao ano civil de 2016 a execução de rendimento foi assegurado pela cobertura financeira de parte dos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE nas diversas tipologias 1.6 – Cursos Profissionais de nível 4, Tipologia 1.1 – Cursos Vocacionais Secundário e Básico, e pelo CQEP- Centro para a Qualificação e Ensino Profissional.

Ao nível dos rendimentos a rúbrica de Prestações de Serviços não viu a sua execução realizada uma vez que esses serviços, que utilizavam equipamentos tecnológicos, necessitavam de uma atualização dos equipamentos e materiais para serem realizados com a qualidade desejada.

Quadro 11 - Execução dos Rendimentos

Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2016			Resultado Exploração Anual	Taxa Execução	Desvios	
	Rendimentos Previsionais					em Valor	em %
	JAN-AGO	SET-DEZ	TOTAL em Euros				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 300,00 €	700,00 €	2 000,00 €	- €	0%	- 2000 €	- 100%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS GERAIS	1 300,00 €	700,00 €	2 000,00 €	- €	0%	-2000 €	- 100%
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1 070 540,00 €	535 270,00 €	1 605 810,00 €	1 442 945,36 €	90%	- 162 864,64€	10%
POCH - CURSOS PROFISSIONAIS	931 917,74 €	465 958,87 €	1 397 876,61 €	1 231 074,27€	88%	- 166 802,34€	-12%
POCH - CURSOS VOCACIONAIS	84 240,30 €	42 120,15 €	126 360,45 €	166 0711,96€	132%	40 351,51€	32%
POCH - CQEP	54 381,96 €	27 190,98 €	81 572,94 €	45 159,13 €	55%	-36 413,81	45%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	8 780,00 €	6 500,00 €	15 280,00 €	25 307,16€	166%	10 027,16 €	66%
RENDIMENTOS SUPLEMENTARES E GANHOS	8 780,00 €	6 500,00 €	15 280,00 €	25 307,16€	166%	10 027,16 €	66%

Não tendo sido uma aposta, neste período, neste período não foi realizado prestações de serviços à comunidade que pudessem ser vertidos em valores pecuniários, não sendo contudo esse o *core* e a missão da Escola.

De salientar que na rubrica de Subsídios à Exploração a sua execução teve um menor cumprimento no que respeita aos Cursos Profissionais, dada a particularidade da não execução total no ano civil em termos de candidatura e consequente orçamento. Os rendimentos do CQEP têm uma validação de execução em termos de imputação dos gastos que se obteve com as pessoas certificadas e em processo de certificação, contratualizados pela ANQEP.

Handwritten marks: a blue scribble and the letter 'A'.

No que concerne à rubrica Outros Rendimentos Suplementares o valor orçamentado para o ano foi largamente superado, já que contempla valores de rendimentos que não tinham sido previstos tal como prémios monetários ganhos na participação dos concursos, uma maior realização de receitas do bar da Escola e a venda de um dos equipamentos de transporte (uma viatura que não respondia às necessidades primárias da Escola no número de lugares possíveis de alocar).

Quadro 12 - Execução dos Gastos

Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2016			RESULTADO EXPLORAÇÃO	Taxa de Execução	Desvios	
	Gastos Previsionais						
	JAN-AGO	SET-DEZ	TOTAL			em valor	em %
CMVMC	7 225,00 €	3 610,00 €	10 835,00 €	8 759,61 €	81%	- 2 075,39 €	-19,15%
Fornecimento e Serviços Externos	495 702,00 €	280 183,00 €	771 785,00 €	549 401,81 €	71%	-222 383,19 €	-28,81%
Gastos com Pessoal	537 972,95 €	273 867,05 €	811 840,00 €	876 619,94 €	108%	64 779,94 €	7,98%
Gastos de depreciação e Amortização	10 966,67 €	5 483,33 €	16 450,00 €	12 535,10 €	76%	-3 914,90 €	-23,80%
Provisões	-	-	0 €	12 802,53 €	-	12 802,53 €	100%
Outros Gastos e Perdas	1 800,00 €	565,00 €	2 365,00 €	2 566,90 €	109%	201,90 €	8,54%
Gastos e Perdas de Financiamento	210,00 €	60,00 €	270,00 €	2 813,64 €	1042%	2 543,64 €	942,09%

O cumprimento do orçamento dos gastos teve por base a coerência e gestão rigorosa dos gastos estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos, como sejam remunerações e encargos com pessoal interno, honorários e trabalhos especializados, assistência técnica, deslocações e transportes e alimentação dos formandos, serviços de comunicações, matérias pedagógicas e de escritório, despesas gerais de funcionamento, juros e outros.



Na execução de gastos há a salientar que no seguimento do aumento das receitas do bar o custo dos inventários teve o mesmo acompanhamento. A rubrica de gastos com o pessoal sofreu um desvio relativo ao previsto considerando os gastos que foram necessários imputar ao exercício de 2016 fruto dos processos jurídicos e nesse seguimento também um reforço de provisão. O desvio das depreciações foi resultado do aumento de equipamentos e consequente imputação duodecimal do seu desgaste através das depreciações e amortizações. Os outros gastos e perdas têm o seu desvio justificado no aumento de impostos indiretos incorrido e cujo valor não é passível de dedução pelo regime que a Escola possui. A instabilidade criada pelo atraso nos reembolsos dos fundos comunitários promoveu um recurso atípico à conta corrente de empréstimo de curto prazo o que provocou um aumento de juros de financiamento.

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise de natureza financeira e económica que apresentamos terá por base os valores de despesa total dos diversos projetos de formação realizada e respetivos reembolsos.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados serão analisadas numa perspetiva de importância e grandeza, efetuar-se-á uma análise às rubricas com maior impacto em termos operacionais e, sempre que justificável o relato em termos comparativos com período análogo do ano anterior, dando assim cumprimento às principais características qualitativas das Demonstrações Financeiras que reportam a comparabilidade, compreensibilidade, fiabilidade e relevância. Esta análise não se consubstancia no reporte de rácios ou indicadores económicos já que consideramos

que a missão da Escola não se compadece com uma natureza puramente empresarial de criação de lucro mas sim do cumprimento de metas sociais e educacionais.

a. Despesa Global Executada e Reembolsos

O ano em análise, que comportou grande parte do ano letivo 2015/2016 e o início do ano letivo 2016/2017, ficou marcado por alguma insegurança e instabilidade nos recebimentos das contrapartidas financeiras dos três projetos que a Escola Profissional de Felgueiras encetou nesse período letivo: Cursos Profissionais; Cursos Vocacionais; e CQEP. As três Tipologias de formação remetem-nos para a dependência dos Fundos Comunitários (FSE – Fundo Social Europeu) e de Fundos Públicos de participação nacional (OSS – Orçamento da Segurança Social) que não tiveram a correspondência necessária entre a despesa executada do período e os reembolsos recebidos dessa despesa.

Quadro 13 – Cursos Profissionais, Vocacionais e CQEP

Ano 2016

<i>Despesa total executada</i>	1.465.499,53€
<i>Reembolsos pagos dos Cursos Profissionais</i>	1.090.520,52€
<i>Reembolsos pagos dos Cursos Vocacionais</i>	113.417,89€
<i>Reembolsos pagos do CQEP</i>	64.111,62€

Os valores apresentados como recebidos dos reembolsos dos três programas de apoio constam da Demonstração de Fluxo de Caixa.

b. Análise das Rubricas do Balanço

Da análise comparada das rubricas do Balanço poderemos verificar uma significativa alteração, relativamente ao ano anterior, no ativo não corrente (líquidos de depreciações, amortizações e perdas por imparidade acumuladas) que pode ser acompanhada pela explicação que consta no ponto 4 deste relatório. Verificou-se um aumento que se ficou a dever à aquisição de equipamentos de âmbito pedagógico para as oficinas de desenho de calçado e marroquinaria e de um ativo intangível de âmbito pedagógico. Estas aquisições serviram o propósito de dotar a Escola de equipamento mais modernos e funcionais quer no que respeita às máquinas e equipamentos das oficinas de práticas do curso de desenho de calçado e marroquinaria, quer no que respeita às plataformas de registos pedagógicos *E-Schooling* para implementação geral de funcionamento de todos os cursos.

No ativo corrente o aumento considerável verificado deve-se, na sua maioria, aos ativos financeiros de contas a receber relativo aos subsídios do POCH, relativa aos cursos que a EPF, E.M. ministra, e que embora imputados aos 3 projetos (Cursos Profissionais; Vocacionais e CQEP) não tinham, ainda, sido recebidos na totalidade no período a que respeitam. Justificamos, assim, que a grandeza patrimonial do ativo corrente contribuí na maior parte para um aumento do ativo total que no seu cômputo geral se reflete num aumento do ativo líquido na ordem de 1.858.424,45€, por força dos direitos a receber serem maiores quando comparados com o ano anterior.

O total do capital próprio teve um aumento de 1.752,12€ via rubrica de Resultados. Não obstante o aumento de gastos que a Escola teve fruto dos encargos

com processos anteriormente incorridos, foi possível com uma gestão rigorosa de utilização dos fundos concretizar um resultado do período favorável, em termos de desempenho, no exercício contabilístico.

Quando comparamos com o ano transato é aludido da análise do passivo um aumento fruto dos diferimentos relativos aos subsídios. O passivo sofreu um aumento nos financiamentos obtidos fruto da dependência e atraso no pagamento dos reembolsos do POCH. A Escola socorreu-se da utilização da conta corrente para garantir o pagamento das despesas corrente diretas, para que as dívidas de curto prazo se centrassem apenas nos fornecedores com maior capacidade de concessão de crédito, dilatando o seu prazo de médio de pagamento. Não se trata, portanto, de passivo composto apenas por dívidas líquidas de curto prazo mas pelo registo de rendimentos a reconhecer (Fundo Social Europeu e Orçamento Segurança Social) que têm o seu registo de contrapartida numa conta de origem passiva e que no final do ano se situou nos 2.668.358,11€.

c. Análise dos Resultados, Rendimentos e Gastos

A análise de desempenho que apresentamos, explanada na demonstração resultados, revela por um lado indicadores dos rendimentos que apresentam um valor francamente positivo e outros que se consubstanciaram num aumento de gastos. Quando comparada com período homólogo do ano anterior vemos registado um aumento dos rendimentos reconhecidos do exercício contabilístico de 2016, um aumento dos fornecimentos e serviços externos e uma diminuição dos custos com pessoal, tendo no cumprimento da característica da prudência sido reconhecida a necessidade de reforço da provisão do exercício. A medida de reconhecimento do subsídio é feita na compensação direta dos custos associados e por duodécimos à

compensação dos restantes custos gerais, o que neste período resultou um aumento de 43.154,27€ relativo ao período homólogo no ano anterior.

O indicador de desempenho EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) apresenta um valor razoável e positivo ordem dos 18.101,73€, estando por seu lado resultado operacional situado numa avaliação menor, embora satisfatória, por força do registo das depreciações e amortizações na ordem dos 12.535,10€.

Estes resultados positivos são fruto de uma política de rigor e otimização de recurso que a Escola tem vindo a levar a cabo e necessários para garantir o cumprimento da missão. Dada a grande instabilidade no quadro de financiamentos da formação e concretamente do POCH a estratégia de gestão conjuntural e estrutural tem passado sempre por reorganização e renegociações contratuais por forma a otimizar o modelo de gestão.

Analisando o pormenor das rubricas de gastos que nos merecem destaque pela sua importância e contributo para o resultado poderemos referir que uma das rubricas de maior peso e com grande importância para o funcionamento da escola são os Fornecimento e Serviços Externos que nos dão uma relação total e detalhada de todos os serviços e bens adquiridos (Honorários de trabalhos especializados, material de escritório, comunicação...etc). O peso desta conta tem o seu maior contributo no valor da alimentação dos formandos e o transporte inerente à sua deslocação, sendo seguido por grau de valor dos honorários que são reconhecidos pela formação que é lecionada por formadores externos especialistas na sua maioria nas áreas técnicas. Os encargos com pessoal e remunerações tiveram uma subida justificada pelo aumento do encargo incorrido com despesas com pessoal decorrente de processos judiciais.

[Handwritten signature]

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., prevê a manutenção da estrutura financeira em consonância com o crescimento do setor da educação, e considerando a estrutura de capitais existentes e com participação societária do Município, a gerência propõe que a aplicação dos resultados líquidos que se apresentam positivos seja a seguinte:

- 5% para reservas legais estabelecidas no âmbito da Lei.
- O restante transferido para resultados transitados.

[Handwritten signature]

Por fim a realização das depreciações e amortizações do exercício foram realizadas a quotas constantes e de acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 25/2009.

A apreciação realizada às Demonstrações Financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, contemplam a análise mais importante que podemos fazer, quer em termos patrimoniais e de posição financeira quer em termos de desempenho.



8. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Para o restante período letivo de 2016/2017 e com base no novo modelo de financiamento de cursos de índole profissionais, modulares e formação através do Centro Qualifica, esperamos que a cobertura financeira para o ano letivo 2017/2018 seja assegurada com a candidatura ao POCH/FSE através dos subsídios atribuídos aos cursos (a custos unitários) e do reembolso de encargos com formandos (a custos reais). Tendo sido realizada uma candidatura para o ciclo de formação do próximo ano letivo e em deliberação da Direção Pedagógica e Direção Executiva foi decidida a apresentação de candidatura a outros cursos modulares (UFCD) que possam ser uma mais-valia para a sociedade local, servindo as lacunas existente e necessidades identificadas, e as candidaturas novos Cursos profissionais. Será apresentada, assim que se reinicie o processo, uma candidatura de apoio ao funcionamento do novo Centro Qualifica para o próximo ano, continuando assim a assegurar o papel social e profissional que acreditamos ter junto da comunidade local.

Este projeto educativo não seria possível ser concretizado se não existisse uma grande equipa de colaboradores (docentes e não docentes) e se a relação com o tecido empresarial envolvente (instituições, empresa parceiras e fornecedores) não fosse tão sólida. Assim, os Órgãos de Gestão endereçam a todos o seu profundo reconhecimento e agradecimento.

A Gerência/Direção Executiva



(Prof. Doutora Amélia Oliveira Carvalho)

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Escola Profissional
de Felgueiras

ANEXO

REFERENTE AO PERIODO DE 2016

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, EM é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método “da linha recta”, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

Em face dos valores líquidos de imobilizado e da análise à vida útil remanescente dos bens constantes dos referidos activos tangíveis, optou-se pela aplicação das taxas mínimas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.

3.2.2.– ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

O ano lectivo 2015/2016, foi marcado pela transferência da gestão de subsídios do POPH para o POCH o que provocou alguns constrangimentos, tanto nas aprovações como nas transferências de fundos. Os cursos vocacionais passaram também a ser geridos pelo POCH sendo que todas estas alterações provocaram atraso na aprovação financeira dos referidos cursos; Quanto aos cursos vocacionais e pelo facto dos mesmos passarem a ser geridos pelo POCH, alteraram as regras de apoio/financiamento passando estes a ter regras semelhantes aos profissionais.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A constituição das provisões, nomeadamente as provisões processos judiciais em curso, tem subjacente a informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com o advogado, Dr. Luís Lhamas.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos

3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

3.2.11. – CONTAS A PAGAR

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.2.12. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2016 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Numerário	741,99	263,81
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.253,71	4.069,01
Aplicações de tesouraria		
	2.995,70	4.332,82

NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2016				Total
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Activo Bruto					
Saldo inicial					
Ajustamentos de conversão				4.327,14	4.327,14
Aquisições					
Alienações					
Saldo final				4.327,14	4.327,14

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial		
Ajustamentos de conversão		
Amortizações do exercício	360,67	360,67
Saldo final	360,67	360,67
Activos líquidos	3.966,47	3.966,47

31/12/2015						
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão						
Aquisições						
Alienações						
Saldo final						0,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial						
Ajustamentos de conversão						
Amortizações do exercício						
Saldo final						0,00
Activos líquidos						0,00

NOTA 7. ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2016									
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	689.190,98	62.785,15		67.106,41	88.058,25		1.018.175,77
Aquisições			12.184,05			1.262,32	6.189,18		19.635,55
Saldo final		111.034,98	701.375,03	62.785,15		68.368,73	94.247,43		1.037.811,32
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		88.860,94	676.594,21	61.716,73		62.920,25	83.261,98		973.354,11
Depreciações do exercício		3.322,70	6.431,82	144,87		538,92	1.736,12		12.174,43
Regularizações									
Saldo final		92.183,64	683.026,03	61.861,60		63.459,17	84.998,10		985.528,54
Activos líquidos		18.851,34	18.349,00	923,55		4.909,56	9.249,33		52.282,78
31/12/2015									
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	682.522,11	90.355,79		66.675,50	87.302,19		1.037.890,57

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2013 a 2016 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

NOTA 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 são detalhadas conforme se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
ACTIVOS FINANCEIROS		
Contas a receber de terceiros	3.401.394,73	1.555.803,47
Clientes	0,00	0,00
	<u>3.401.394,73</u>	<u>1.555.803,47</u>
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	118.000,08	64.076,71
Financiamentos Obtidos	240.000,00	82.000,00
Outras contas a pagar a terceiros	113.606,07	119.172,81
	<u>471.606,15</u>	<u>265.249,52</u>

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2016, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.



Em 31 de Dezembro de 2015 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2015				
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rébito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	889.571,01	607.754,20	265.742,12	873.496,32	16.074,69
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais	415.290,77	0,00	415.290,77	415.290,77	0,00
Cursos Vocacionais	111.004,00	66.667,00	44.337,00	111.004,00	0,00
	<u>1.415.865,78</u>	<u>674.421,20</u>	<u>725.369,89</u>	<u>1.399.791,09</u>	<u>16.074,69</u>

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor das dívidas a receber e o seu valor nominal.

NOTA 11. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21,00%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes de impostos	2.752,99	20.167,34
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	<u>150,00</u>	<u>3.052,25</u>
Lucro tributável	2.902,99	23.219,59
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	<u>609,63</u>	<u>4.276,11</u>
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	371,17	787,33
Ajustamentos à colecta – derrama	20,07	348,29
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	<u>1.000,87</u>	<u>5.411,74</u>
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	1.000,87	5.411,74
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
	<u>1.000,87</u>	<u>5.411,74</u>

Outras regularizações

761,14	761,14	384,54	384,54
--------	--------	--------	--------

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme segue:

	31/12/2016	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	384,54	384,54
Compras	9.238,06	9.238,06
Regularizações	-101,85	-101,85
Saldo final	761,14	761,14
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8.759,61	8.759,61

	31/12/2015	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	590,94	590,94
Compras	9.754,34	9.754,34
Regularizações		
Saldo final	384,54	384,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.960,74	9.960,74

NOTA 10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2016 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2016				
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rébito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais 2015/2016	913.435,87	1.090.520,52	319.039,58	894.141,19	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019	2.863.535,18	0,00	2.863.535,16	336.933,08	2.526.602,26
Cursos Vocacionais 2015/2016	130.152,06	113.417,89	51.768,52	120.849,41	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017	134.144,26	0,00	134.144,26	45.862,55	88.281,71
CQEP	98.633,27	64.111,62	34.521,65	45.159,13	53.474,14
	4.139.900,64	1.268.050,03	3.403.009,19	1.442.945,36	2.668.358,11

Relativamente aos Cursos findos em Agosto 2016, não foi executado nos Cursos Profissionais o valor de 19.294,68€ e nos Cursos Vocacionais, não foi executado o valor de 9.302,65€.

Aquisições	6.668,87	1.158,93		430,91	756,06	9.014,77
Alienações Transferências e abates		28.729,57				28.729,57
Saldo final	111.034,98	689.190,98	62.785,15	67.106,41	88.058,25	1.018.175,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	84.155,34	669.559,63	89.551,99	62.008,78	82.492,76	987.768,50
Depreciações do exercício	4.705,60	7.034,58	894,31	911,47	769,22	14.315,18
Alienações			28.729,57			28.729,57
Saldo final	88.860,94	676.594,21	61.716,73	62.920,25	83.261,98	973.354,11
Activos líquidos	22.174,04	12.596,77	1.068,42	4.186,16	4.796,27	44.821,66

NOTA 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	31/12/2016						
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				50,00			50,00
Aquisições							
Alienações Transferências e abates					5,16		5,16
Saldo final				50,00	5,16		55,16
	31/12/2015						
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				50,00			50,00
Aquisições							
Saldo final				50,00			50,00

NOTA 9. INVENTARIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	761,14		761,14	384,54		384,54

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Não vencido	45.106,32	55.033,27
Vencido:		
0-30 dias	41.567,59	8.217,92
30-90 dias	31.326,17	711,99
90-180 dias		113,53
180-360 dias		
> 360 dias		
	<u>118.000,08</u>	<u>64.076,71</u>

NOTA 13. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2016	31/12/2015
Outros Gastos a Reconhecer	3.901,21	2.667,44
	<u>3.901,21</u>	<u>2.667,44</u>
DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2016	31/12/2015
Subsídios POCH	2.526.602,26	913.436,03
Subsídios Vocacionais	88.281,71	88.674,00
CQEP	53.474,14	0,00
	<u>2.668.358,11</u>	<u>1.002.110,03</u>

NOTA 14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Adiantamentos a fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a fornecedores	9.064,18	9.107,23
	<u>9.064,18</u>	<u>9.107,23</u>

NOTA 15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	1.170,24			
Pagamentos especiais por conta	2.000,00		2.000,00	
Estimativa de imposto IRC - reembolso		1.000,87		5.411,74
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		7.927,15		8.361,00
Sobretaxa		3.717,02		345,00
Imposto sobre o valor acrescentado		171,00		803,00
ADSE		477,06		1.178,17
Contribuições para a Segurança Social		919,18		0,00
Caixa Geral Aposentações		12.865,81		15.574,96
		3.193,77		3.036,97
	3.170,24	30.272,67	2.000,00	34.710,84

NOTA 16. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados
Vendas:						
Mercadorias						
Produtos acabados						
Prestações de serviços:						
Rec.Próprias Secretaria						
Rec.Projetos Formação						
Receitas - Gtek	0,00			155,00		
	0,00			155,00		

NOTA 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços Especializados	23.078,76	25.871,34
Publicidade e Propaganda	3.000,19	2.064,47
Vigilância e Segurança	1.200,00	1.247,23
Honorários	111.782,08	53.519,88
Conservação e Reparação	4.354,37	3.610,97
Serviços Bancários	1.423,90	2.404,92
Ferramentas Utensílios Desgaste Rapido	245,07	0,00

Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material Escritorio	9.940,08	4.985,09
Ofertas	114,76	75,23
Materia Pedagógico	14.503,57	8.502,00
Electricidade	0,00	0,00
Combustiveis	1.353,09	1.999,76
Água	1.845,67	1.493,49
Deslocações e Estadas	131.879,02	132.843,01
Desl. Formados	130.597,56	132.815,46
Aloj. Formandos	0,00	0,00
Outras	1.281,46	27,55
Rendas e Alugueres	233,60	1.932,21
Despesas Postais	708,18	342,92
Telefone/Internet	6.527,18	8.511,45
Seguros	2.260,44	2.550,23
Viaturas	725,99	738,81
Outros	1.534,45	1.811,42
Contencioso e Notariado	1.997,12	1.461,82
Despesas Representação	511,45	70,00
Limpeza, Higiene e Conforto	2.162,40	2.406,63
Outros Serviços	230.280,88	226.009,45
Impresa/Revistas	39,47	108,25
Desp c/ out Activ.	519,23	58,85
Bolsas	16.120,19	27.092,07
Aliment. Formandos	210.101,62	196.320,75
Out. Desp. c/Formandos	1.590,84	823,78
Portagens e Estacionamento	148,75	188,80
Diversos	1.760,78	1.416,95
TOTAL FSE	549.401,81	481.902,10

NOTA 18. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	43.721,68	39.038,61
Remunerações do Pessoal	644.264,43	615.286,96
Indemnizações	23.544,88	78.660,86
Encargos sobre Remunerações	153.190,09	141.258,92
Seguros Acidentes Trabalho	5.283,57	5.033,92
Gastos Acção Social	1.062,16	586,80

Outros	5.553,13	5.063,49
TOTAL GASTOS PESSOAL	876.619,94	885.698,69

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 4.920,00€ relativos ao ano de 2016, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço: 33

NOTA 19. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	12.535,10	14.315,18
	<u>12.535,10</u>	<u>14.315,18</u>

NOTA 20. PROVISÕES/REVERSÕES

O detalhe da rubrica de “Provisões” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisões processos judiciais em curso (Nota 3)	12.802,53	24.296,74
Reversões processos judiciais		(20.000,00)
	<u>12.802,53</u>	<u>4.296,74</u>

NOTA 21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rendimentos suplementares	14.760,53	15.469,05
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento	314,26	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	6.809,98	5.040,65
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		2.212,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	3.422,39	972,23
	<u>25.307,16</u>	<u>23.693,93</u>

NOTA 22. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos e taxas	873,79	747,85

Dívidas incobráveis			
Perdas em inventários			4,00
Donativos			
Quotizações	1.540,00		
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais			
Indemnizações contratuais		153,11	4.229,34
Outros		2.566,90	4.981,19

NOTA 23. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 são detalhados conforme se segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	2.813,64	2.318,04
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	<u>2.813,64</u>	<u>2.318,04</u>

NOTA 24. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

À data de 31 de Dezembro de 2016 foram notificados 3 processos judiciais os quais foram objecto dos seguintes desenvolvimentos, até data de emissão deste documento:

1. Processo Dr. Paula Cristina Moreira Maques Dantas: Processo encerrado.
2. Processo Dr. Jorge Valdemar Mendes de Sousa: Efectuado julgamento em 21 de Janeiro de 2017, do qual resultou condenação, sendo efectuado reforço da provisão de acordo com valores indicados pelo advogado do processo, para fazer face aos valores de indemnização.
3. Processo movido por Bruna Luisa Dias Pires, ex-aluna: Foi efectuado julgamento a 9 de Janeiro de 2017, senda a escola completamente ilibada de qualquer responsabilidade, pelo que procedeu à emissão de Certificado de conclusão do curso à referida aluna.

Felgueiras, 10 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

A Gerência

Isabel Elisabete Dias S. R. T. S. R.

Amélia Carvalho

192447343

22398

BALANÇO INDIVIDUAL

31-dez-16

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		dez-16	dez-15
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	3.2.1/7	52.282,78	44.821,66
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....	3.2/6	3.966,47	
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Participações financeiras - outros métodos.....			
Accionistas/sócios.....			
Outros activos financeiros.....	3.2.2/8	55,16	50,00
Activos por impostos diferidos.....			
		56.304,41	44.871,66
Activo corrente:			
Inventários.....	3.2.4/9	761,14	384,54
Activos biológicos.....			
Clientes.....			
Adiantamentos a fornecedores.....	3.2.9/14	9.064,18	9.107,23
Estado e outros entes públicos.....	3.2.3/15	3.170,24	2.000,00
Accionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....	3.2.9/12	3.401.394,73	1.555.803,47
Diferimentos.....	13	3.901,21	2.667,44
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	3.2.10/5	2.995,70	4.332,82
		3.421.287,20	1.574.295,50
Total do Activo		3.477.591,61	1.619.167,16

Página 1 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Jana Elizabeth Din Silva

A GERENCIA

Amélia Carvalho

192447343

22398

BALANÇO INDIVIDUAL

31-dez-16

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		31-dez-16	31-dez-15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	1	376.000,00	376.000,00
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....		3.627,56	2.889,78
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....		(136.827,53)	(150.845,35)
Ajustamentos em activos financeiros.....			
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....			
		242.800,03	228.044,43
Resultado líquido do período.....	11	1.752,12	14.755,60
Interesses minoritários.....			
Total do capital próprio		244.552,15	242.800,03
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	3.2.7/20	62.802,53	74.296,74
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
		62.802,53	74.296,74
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	3.2.9/12	118.000,08	64.076,71
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	15	30.272,67	34.710,84
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....	3.2.8/12	240.000,00	82.000,00
Outras contas a pagar.....	3.2.11/12	113.606,07	119.172,81
Diferimentos.....		2.668.358,11	1.002.110,03
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		3.170.236,93	1.302.070,39
Total do passivo		3.233.039,46	1.376.367,13
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.477.591,61	1.619.167,16

Página 2 de 2

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paula Elisabete Din Silva

A GERENCIA

Mário Cavalho

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31-dez-16

Montantes expressos em EURO

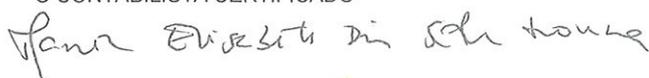
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	PERÍODOS
		31-dez-16	31-dez-15
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	16		155,00
Subsídios à exploração.....	10	1.442.945,36	1.399.791,09
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(8.759,61)	(9.960,74)
Fornecimentos e serviços externos.....	17	(549.401,81)	(481.902,10)
Gastos com o pessoal.....	18	(876.619,94)	(885.698,69)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....	20	(12.802,53)	(4.296,74)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....	21	25.307,16	23.693,93
Outros gastos e perdas.....	22	(2.566,90)	(4.981,19)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.101,73	36.800,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	19	(12.535,10)	(14.315,18)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.566,63	22.485,38
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	23	(2.813,64)	(2.318,04)
Resultado antes de impostos		2.752,99	20.167,34
Imposto sobre o rendimento do período.....	11	(1.000,87)	(5.411,74)
Resultado líquido do período		1.752,12	14.755,60

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO



192447343

22398

A GERENCIA





DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

31-dez-16

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	0,00	5.380,60
Pagamentos a fornecedores	-	-349.748,07	-380.077,11
Pagamentos ao pessoal	-	-461.369,51	-548.965,07
Caixa gerada pelas operações	+/-	-811.117,58	-923.661,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-3.768,69	-2.765,22
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	679.703,10	709.379,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	-135.183,17	-217.047,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-17.008,01	-8.487,07
Activos intangíveis	-	-4.327,14	
Investimentos financeiros	-	-5,16	-122,72
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		8.412,00
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+		380,49
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-21.340,31	182,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	721.000,00	100.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-563.000,00	-118.000,00
Juros e gastos similares	-	-2.813,64	-2.318,04
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	155.186,36	-20.318,04
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	-1.337,12	-237.183,13
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4.332,82	241.515,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	2.995,70	4.332,82

NIF: 504 575 848

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERENCIA

Para Efectuar em site nouso

192447343

22398

Aníbal Carvalho

Entidade: EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	6	376.000,00				2.889,78		-150.845,35				14.755,60	242.800,03		242.800,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revaloriz. de activos fixos tang. e intangíveis															
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tang. e intang. e respect. variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					737,78		14.017,82				-14.755,60	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					737,78		14.017,82			0,00	-14.755,60	0,00		0,00
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											1.752,12	1.752,12		1.752,12
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	6+7+8+10	376.000,00				3.627,56		-136.827,53			0,00	1.752,12	244.552,15		244.552,15

O CONTABILISTA CERTIFICADO

NIF/MATRICULA
504 575 848

A GERÊNCIA

Para o teste de sua marca

Anabela Carvalho

192447343

22398

A

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M., durante o exercício de dois mil e dezasseis, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Gerência e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

De acordo com o artigo 54º, conjugado com artigo 67º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, deveria a sociedade ter apresentado o competente relatório de boas práticas de governo societário, no qual deverá constar informação atual e completa sobre os princípios de governo societário aí definidos.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2016, apresentados pela Gerência;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Gerência;
- c) Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 14 de março de 2017



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º 622)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. (EPF, EM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.477.592 euros e um total de capital próprio de 244.552 euros, incluindo um resultado líquido de 1.752 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como refere a nota 24, ponto 2 do anexo às demonstrações financeiras, o processo judicial movido contra a Empresa terminou em Fevereiro de 2017. A EPF, EM foi condenada ao pagamento de 62.802,53 euros. Em 2014, havia sido já constituída uma provisão, no montante de 50.000 euros, que foi reforçada em 2016, no montante de 12.802,53 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'C. Silva', is located at the bottom right of the page.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2017



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º 622)